



## ATA DE REUNIÃO LEGISLATIVA

**36ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2024**

**Horário:** 18h00

**Local:** Sede da Câmara

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas e sete minutos, no Plenário Presidente Tancredo Neves, reuniu-se a Câmara Municipal de Viçosa, sob a presidência do Vereador Rafael Magalhães Cassimiro, estando presentes os seguintes Vereadores: Bartomélio da Silva Martins, Cristiano Gonçalves, Daniel Aparecido Cabral, Ednilson José de Oliveira, Gilberto da Silva Brandão, João Januário Ladeira, Marco Antônio Evangelista Cardoso, Marcos Roberto Fialho, Marly Coelho Januário, Robson Alencar de Souza, Rogério Fontes e Sérgio Augusto Moreira Marota. Dando início ao **PEQUENO EXPEDIENTE**, o Presidente solicitou que o Vereador Cristiano Gonçalves, Secretário da Mesa Diretora, fizesse a leitura das correspondências recebidas. Em seguida, o Presidente colocou em votação as atas das reuniões anteriores, que foram aprovadas por unanimidade. Também solicitou que o Secretário da Mesa Diretora, fizesse a leitura das proposições avulsas enumeradas a seguir: Indicação nº. 958/2024, de autoria da Vereadora Marly Coelho Januário; Indicação nº. 959/2024, de autoria do Vereador Rogério Fontes; Indicação nº. 960/2024, de autoria da Vereadora Vanja Honorina Aguiar Albino; Requerimento nº. 61/2024, de autoria do Vereador Marco Antônio Evangelista Cardoso; Requerimento nº. 62/2024, de autoria da Vereadora Vanja Honorina Aguiar Albino; e Moção nº. 21/202, de autoria do Vereador Bartomélio da Silva Martins. Havendo inscritos para a **Tribuna Livre**, o primeiro chamado foi o José Francisco Lino, que não estava presente no momento. O Vereador Bartomélio Martins solicitou ao Presidente que outra pessoa fizesse uso da Tribuna, o Senhor Alan Alves Silva. Colocado o pedido de votação ele foi aprovado por todos. O primeiro a utilizar a Tribuna foi o Senhor Cleber de Paula Jesus, que afirmou ser autor de uma ação judicial contra o aumento de salário dos vereadores, que considerou "imoral", apesar de ser "legal". Cleber criticou o fato de um vereador ganhar mais que um professor, expressando sua indignação com a disparidade. Ele mencionou que a decisão sobre o aumento foi tomada "na calada da noite", véspera das eleições, enquanto vereadores pediam votos, o que ele chamou de "Rua da Vergonha". Cleber elogiou os vereadores que votaram contra o aumento, mas cobrou um posicionamento mais firme dos demais, pedindo a revogação da decisão e mais transparência. Cleber criticou o índice de aumento de 50%, questionando sua justificativa. Ele afirmou que os vereadores deveriam demonstrar responsabilidade com o dinheiro público e realizar as discussões às claras, sem atos escondidos, reiterando a importância de respeitar o povo. Ele também condenou a desigualdade no tratamento entre os vereadores e outros trabalhadores, como professores e funcionários públicos, e destacou que o aumento foi decidido de forma vergonhosa, prejudicando a imagem da Câmara. Por fim, Cleber prometeu continuar cobrando transparência e justiça em futuras reuniões, encerrando com um apelo para que os vereadores reconhecessem o

Documento assinado digitalmente por Marly Coelho Januário, Cristiano Gonçalves, Daniel Aparecido de Araújo Cabral, João Januário Ladeira, Marco Antônio Evangelista Cardoso, Gilberto da Silva Brandão e mais 5 pessoas conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste documento, acesse: [cmvicosaweb.gwlegis.com.br/validador](http://cmvicosaweb.gwlegis.com.br/validador) e informe o código **8CJYM-XOG1H-4YU7-IPNSY-KXK7N** ou escaneie o QR Code do cabeçalho.





# MUNICÍPIO DE VIÇOSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PODER LEGISLATIVO



erro e revogassem a decisão. O Senhor Jershon Aires de Moraes iniciou sua fala se apresentando como economista e relatou que chegou a Viçosa em 1977, quando os trens ainda operavam, e se apaixonou pela ferrovia local. Ele destacou que, desde então, vem trabalhando intensamente para revitalizar a linha férrea, acreditando que ela pode alavancar a economia da região, embasado em estudos de viabilidade econômica já realizados. Ele relatou que, ao longo dos 28 anos de luta, enfrentou muitos desafios, incluindo a resistência de políticos que, segundo ele, atrapalharam o progresso do projeto. Jershon mencionou que havia projetos executivos em Brasília parados devido à falta de iniciativa do governo de Minas Gerais, criticando diretamente o governador Zema e mudanças na Secretaria de Infraestrutura que prejudicaram os avanços. Jershon expressou frustração com o desrespeito ao prefeito Raimundo por parte de um vereador do Partido Comunista do Brasil, destacando atitudes que considerou inapropriadas. Ele afirmou não defender Raimundo, mas lamentou ataques pessoais e atitudes que desrespeitaram o líder político. Ele criticou severamente a Câmara pela aprovação do aumento de salário dos vereadores, afirmando que a decisão foi um erro grave e violou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Jershon acusou os vereadores de burlarem a legislação ao aprovarem o aumento fora do prazo permitido e afirmou que eles estavam sujeitos a punições, incluindo perda de mandato. Ao concluir, ele reforçou a importância de revitalizar a ferrovia para o turismo e a economia local, lamentando que projetos relacionados estivessem paralisados devido a ações políticas. Ele pediu que a Câmara trabalhasse em favor do povo e chamou atenção para a necessidade de maior responsabilidade e transparência nas decisões.

O Senhor Luiz Eduardo Ferreira Fontes iniciou sua fala cumprimentando os presentes e destacou que já havia abordado o tema anteriormente. Ele comentou sobre os desafios enfrentados pelos vereadores de Viçosa, apontando a crise de credibilidade da Câmara como o principal problema. Luiz destacou que após sua última participação, muitas pessoas expressaram apoio às suas colocações, enfatizando a desconexão entre a Câmara e a população. Ele abordou o aumento de subsídios dos vereadores, organizando sua análise em três perspectivas: jurídico-legal, ético-moral e dos sujeitos ocultos. No aspecto jurídico, destacou que o tema envolve múltiplas instituições, como o Ministério Público e a Justiça, mas preferiu não aprofundar. Sob o prisma ético-moral, criticou o desencanto da população e desafiou os vereadores a consultarem as redes sociais para avaliar o apoio público. Por fim, sobre os sujeitos ocultos, Luiz questionou quem articulou nos bastidores o aumento de subsídios, mencionando a ausência de clareza e transparência. Ele elogiou o vereador Dr. Omar por se posicionar contra a forma como o aumento foi conduzido e concluiu cobrando reflexão e responsabilidade da mesa diretora. A Senhora Juliana Freire introduziu o conceito de saúde única, que integra a saúde humana, animal e ambiental. Como médica veterinária e estudante de enfermagem, ela destacou a importância do papel do veterinário na saúde pública, indo além do cuidado com animais. Exemplificou casos em que a saúde animal impacta diretamente a saúde humana, como acidentes de trânsito causados por animais abandonados e doenças zoonóticas. Ela defendeu a ampliação de políticas públicas que valorizem a saúde única, mencionando sua atuação em mutirões e campanhas de castração e vacinação. Ressaltou que essas ações não apenas beneficiam os animais, mas também evitam problemas de saúde para humanos. Juliana ainda enfatizou que sua proposta visa equilíbrio entre ambiente e sociedade, combatendo problemas como

Documento assinado digitalmente por Marly Coelho Januário, Cristiano Gonçalves, Daniel Aparecido de Araújo Cabral, João Januário Ladeira, Marco Antônio Evangelista Cardoso, Gilberto da Silva Brandão e mais 5 pessoas conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste documento, acesse: [cmvicosas.gwlegis.com.br/validador](http://cmvicosas.gwlegis.com.br/validador) e informe o código **8CJYM-XOG1H-4YU7-IPNSY-KXK7N** ou escaneie o QR Code do cabeçalho.





# MUNICÍPIO DE VIÇOSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PODER LEGISLATIVO



dengue e covid-19. Finalizou colocando-se à disposição para contribuir com políticas públicas e reafirmando a necessidade de empatia nas ações de saúde. Por fim, o Senhor Alan Alves Silva agradeceu o convite e criticou a tentativa de aumento dos salários dos vereadores, destacando problemas como a falta de transporte e saúde em Viçosa. Ele defendeu o fim da escala 6 por 1, afirmando que os trabalhadores precisam de tempo para lazer, estudo e convivência familiar. Alan condenou a prioridade ao lucro dos empresários em detrimento do bem-estar da classe trabalhadora e elogiou a organização popular que garantiu conquistas recentes, como o feriado da Consciência Negra e a resistência ao aumento salarial. Finalizou afirmando que a Câmara deve respeitar a vontade do povo. **Dando continuidade, o Presidente deu início à Palavra Livre pelos Vereadores previamente inscritos.** O Vereador Cristiano Gonçalves relatou uma reunião com Reinaldo, diretor de trânsito, na qual discutiram a mobilidade urbana. Cristiano, como presidente da Comissão de Trânsito e Mobilidade Urbana da Câmara, criticou a falta de consideração sobre mobilidade na escolha de imóveis alugados para PSFs (Postos de Saúde da Família). Ele mencionou casos nos bairros Vale do Sol e de Fátima, onde pacientes com dificuldades de locomoção enfrentam barreiras como a falta de calçadas adequadas e de áreas para veículos estacionarem. Ele cobrou atenção do Executivo e das comissões envolvidas para priorizar acessibilidade nesses locais e afirmou que fará uma indicação formal sobre o tema. Cristiano também celebrou a conclusão do asfaltamento da Rua William Ramos e da Travessa William Ramos, no bairro Vale do Sol, após anos de reivindicações desde 2018. Ele agradeceu à Secretaria de Obras e ao prefeito Raimundo Viôleira por finalmente atenderem à demanda e garantiu que continuará fiscalizando obras em andamento, como na Rua Joaquim Massueto, na Cidade Nova, prevista para começar naquele dia. Ele encerrou parabenizando a comunidade pelas melhorias conquistadas e prometeu seguir acompanhando as ações do Executivo. O Vereador Daniel Cabral parabenizou os cidadãos que fizeram uso da Tribuna. Daniel denunciou a falta de papel higiênico nas escolas do município, atribuindo o problema à falta de planejamento por parte da Secretaria de Educação. Ele considerou inadmissível que faltem itens básicos devido a falhas em processos de licitação e cobrou uma solução urgente, lembrando que problemas semelhantes com alimentação escolar também já ocorreram. Além disso, ele propôs a implementação de estacionamento rotativo no centro da cidade de Viçosa, explicando que a medida facilitaria o acesso ao comércio local, especialmente devido ao uso irregular das vagas por taxistas de fora do município. Ele defendeu que o estacionamento rotativo geraria receitas para o município, possibilitando o financiamento de políticas públicas como o passe livre para estudantes e transporte gratuito para pessoas de baixa renda cadastradas em programas sociais, como o Bolsa Família. Daniel ressaltou a importância do transporte público acessível e apontou os impactos positivos que a medida teria para as famílias. Ele concluiu reiterando a importância da participação popular na Câmara todas as segundas-feiras, reforçando que a Casa Legislativa é o espaço legítimo para que o povo seja ouvido e participe das decisões. O Vereador Edenilson José de Oliveira agradeceu às pessoas que usaram a tribuna e reconheceu a relevância dos temas apresentados. Tratou do aumento do subsídio dos vereadores, explicando que todos os 15 vereadores se posicionaram sobre o tema na reunião anterior, em que a Câmara estava cheia, reforçando a importância da participação popular. Ele afirmou que, embora discordasse do aumento, a Câmara não poderia

Documento assinado digitalmente por Marly Coelho Januário, Cristiano Gonçalves, Daniel Aparecido de Araújo Cabral, João Januário Ladeira, Marco Antônio Evangelista Cardoso, Gilberto da Silva Brandão e mais 5 pessoas conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste documento, acesse: [cmvicosaweb.gwlegis.com.br/validador](http://cmvicosaweb.gwlegis.com.br/validador) e informe o código **8CJYM-XOG1H-4YU7-IPNSY-KXK7N** ou escaneie o QR Code do cabeçalho.





# MUNICÍPIO DE VIÇOSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PODER LEGISLATIVO



revogar a decisão porque a legislação não permite anular algo aprovado após as eleições. Explicou que apenas a Justiça poderia anular a decisão e incentivou os cidadãos a formalizarem um abaixo-assinado para levar o caso ao Judiciário. Edenilson declarou que seria o primeiro a assinar, reforçando seu compromisso com a população. Ele também destacou que jamais votou por aumentos salariais, apenas por recomposição inflacionária, criticando as "fake news" que diziam o contrário. Edenilson encerrou sua fala exaltando o projeto "Ajude-nos Ajudar," que arrecadou mais de R\$ 154 mil em um evento recente com a participação de milhares de pessoas. Ele agradeceu aos voluntários, a outros vereadores que colaboraram, e destacou os benefícios do projeto, como apoio a 12 pessoas da área da saúde. Finalizou falando sobre o trabalho solidário realizado há 18 anos e expressou gratidão a todos os envolvidos. O Vereador Gilberto Brandão destacou os cidadãos que usaram a tribuna e parabenizou a maneira democrática como apresentaram suas demandas. Gilberto direcionou críticas ao secretário de Educação, Marco Nunes, acusando-o de negligência em relação à falta de itens básicos, como papel higiênico, nas escolas municipais. Ele também condenou Marco Nunes por ter abandonado a APOV, uma entidade comunitária fundada há mais de 40 anos que desempenha papel essencial no bairro Nova Viçosa. Gilberto mencionou que a entidade foi fundada por Leda Bandeira, elogiando sua dedicação à comunidade. Segundo ele, Marco Nunes, que já foi beneficiado pela entidade, agora a negligencia, colocando em risco sua continuidade. O vereador também criticou o prefeito por escolhas administrativas equivocadas, mencionando o diretor de trânsito, Reinaldo, como um funcionário incompetente. Em relação às obras públicas, relatou que, após insistência, a empresa contratada finalmente começou a instalar canaletas e meios-fios em ruas asfaltadas no bairro. Ele visitou o local e confirmou que as melhorias seriam feitas em todas as ruas. Por outro lado, lamentou que uma emenda parlamentar de R\$ 200 mil, destinada ao calçamento de ruas no município, não tenha sido executada pelo prefeito, gerando insatisfação nos moradores. O Vereador João Januário Ladeira expressou um forte sentimento de vergonha por ter votado favoravelmente ao aumento salarial dos vereadores. Segundo ele, a votação contou com apenas quatro vereadores presentes, incluindo ele, e ele criticou a ausência dos outros vereadores, mencionando que eles não justificaram suas faltas. Ele se sentiu desrespeitado e chamou a ausência deles de "vergonhosa". Ele também criticou a facilidade com que poderia ser revogado o aumento, mencionando que, se fosse possível, seria fácil retirá-lo. João também fez um elogio ao vereador Edenilson Oliveira, parabenizando-o pelo trabalho realizado no Fundão, especialmente com os eventos de arrecadação e as ajudas que beneficiavam diversas famílias. Ele elogiou o esforço de Edenilson em organizar bingos e outras atividades para ajudar as 12 famílias mencionadas. João concluiu sua fala parabenizando Edenilson pelo trabalho e desejando que ele continuasse a ajudar a comunidade. Em seguida, João de Josino fez uma observação sobre a situação do trevo que vai para a cidade Coimbra, relatando ter visitado a área e se deparado com dois buracos perigosos na via. Ele explicou que não fez uma indicação formal, mas levou as fotos e a situação diretamente ao secretário de obras, acreditando que o reparo seria feito. João explicou que, embora a responsabilidade fosse da empresa que fez a obra anterior, ele não tinha certeza de que a empresa voltaria para fazer os reparos necessários. O Vereador Marco Cardoso destacou a importância da participação popular e comentou sobre a presença das pessoas na Câmara, reivindicando seus

Documento assinado digitalmente por Marly Coelho Januário, Cristiano Gonçalves, Daniel Aparecido de Araújo Cabral, João Januário Ladeira, Marco Antônio Evangelista Cardoso, Gilberto da Silva Brandão e mais 5 pessoas conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste documento, acesse: [cmvicosas.gwlegis.com.br/validador](http://cmvicosas.gwlegis.com.br/validador) e informe o código **8CJYM-XOG1H-4YIU7-IPNSY-KXK7N** ou escaneie o QR Code do cabeçalho.





# MUNICÍPIO DE VIÇOSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PODER LEGISLATIVO



direitos. Ele então criticou a atitude de alguns vereadores que não estavam presentes e que, segundo ele, eram favoráveis ao aumento salarial, mas se omitiram na votação. Marcão afirmou que seu mandato sempre foi transparente e que ele sempre se posicionou contra práticas como essa, sem ter medo de falar sobre as questões na Câmara. Ele fez referência ao fato de que ele não tem assessor e que propôs um projeto contra o aumento das diárias dos vereadores, sendo votado contra por alguns colegas, incluindo o próprio João de Josino. Marcão parabenizou Cleber, que usou a Tribuna, expressando a convicção de que a justiça não aceitaria a aprovação do aumento salarial. Ele destacou a importância de se posicionar sobre os assuntos da cidade, tanto no nível local quanto nacional, mencionando o cenário de dificuldades vividas pela população. Marcão falou sobre as necessidades da cidade, como os problemas na saúde e a crescente falta de recursos básicos para a população, mencionando que muitas pessoas o procuraram pedindo cestas básicas. Ele lamentou o atraso de Viçosa nos últimos quatro anos e acusou a Câmara de focar muito em questões menores, como o aumento salarial dos vereadores, e não em problemas mais urgentes para a cidade. Ele também falou sobre o aumento salarial, criticando a falta de ações efetivas para ajudar as classes trabalhadoras, como técnicos de enfermagem e professores, que têm que se esforçar muito para alcançar salários mais elevados. Marcão ainda sugeriu que, se o aumento fosse aprovado, ele doaria a diferença para instituições de caridade, afirmando que, se o aumento fosse concretizado, ele faria um registro em cartório e tornaria a doação pública. Ele concluiu sua fala dizendo que sempre se posicionou contra práticas inadequadas na Câmara e que, apesar de muitas críticas, ele continuaria a agir conforme sua consciência, defendendo a população de Viçosa. Em resposta a uma observação, Marcão também se defendeu, afirmando que não tinha problema em falar abertamente suas opiniões, e reforçou que se sentia incomodado com a maneira como a Câmara era tratada, muitas vezes sendo criticada pela população. Ele pediu respeito às suas palavras e garantiu que continuaria a se posicionar de acordo com seus princípios. A Vereadora Marly Coelho Januário destacou a importância da participação democrática dos cidadãos que usaram a Tribuna, mencionando as suas reivindicações legítimas, e fez questão de enaltecer a fala de Juliana Freire. A vereadora afirmou que as palavras de Juliana a representaram plenamente, principalmente sobre a questão do abandono de animais, um tema pelo qual Marly se dedica semana após semana. Ela explicou que é frequentemente questionada sobre a causa que defende, tanto na saúde pública quanto na causa animal, e que, com o apoio de Fábio, testemunha do seu trabalho, vem se esforçando para melhorar as condições de saúde e dar visibilidade à causa animal. A vereadora destacou a interconexão entre saúde ambiental, saúde animal e saúde humana, fazendo uma analogia com a pandemia de Covid-19, onde o desequilíbrio em uma dessas áreas impactou diretamente as outras. Ela parabenizou a Dra. Juliana Freire, médica veterinária e estudante de enfermagem, por trazer à tona a importância dessa interdependência e como a sociedade ainda não compreende totalmente a relevância desse tema. Marly falou sobre os problemas causados pelo abandono de animais, mencionando especificamente um caso recente, onde um animal foi abandonado na estação de ônibus. Ela detalhou que já estavam com a documentação do responsável pelo abandono, e que essa pessoa seria responsabilizada de acordo com a Lei 14.064 de 2024. A vereadora também comentou sobre a sobrecarga imposta aos protetores de animais, que já

Documento assinado digitalmente por Marly Coelho Januário, Cristiano Gonçalves, Daniel Aparecido de Araújo Cabral, João Januário Ladeira, Marco Antônio Evangelista Cardoso, Gilberto da Silva Brandão e mais 5 pessoas conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste documento, acesse: [cmvicosas.gwlegis.com.br/validador](http://cmvicosas.gwlegis.com.br/validador) e informe o código **8CJYM-XOG1H-4YIU7-IPNSY-KXK7N** ou escaneie o QR Code do cabeçalho.





# MUNICÍPIO DE VIÇOSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PODER LEGISLATIVO



cuidam de muitos animais e acabam sendo responsabilizados por aqueles abandonados na cidade. Ela lamentou que a sociedade muitas vezes negligencie a responsabilidade de cuidar de seus animais, adotando-os apenas enquanto são filhotes bonitos e depois os abandonando por diversas razões, como mudanças ou doenças. Marly destacou a importância de vacinar e proteger os animais, para que eles não transmitam zoonoses e não se envolvam em acidentes nas ruas. A vereadora criticou a falta de apoio da prefeitura, observando que a sociedade civil e os protetores de animais estavam assumindo a responsabilidade financeira, ficando muitas vezes endividados. Ela concluiu dizendo que, apesar das limitações, continuará lutando para melhorar a situação dos animais e buscar soluções como a criação de um hospital veterinário popular. O Vereador Robson Alencar fez um reconhecimento público à fala da vereadora Marly e especialmente à contribuição de Juliana Freire, que, segundo ele, trouxe um ponto importante à discussão. Robson também trouxe um relato sobre um vídeo que viralizou na cidade de Viçosa, denunciando a falta de iluminação e a necessidade de roçagem no Trevo da Nova PH. Rolfs. Ele contou que, após a repercussão do vídeo, entrou em contato com o diretor de trânsito, Reinaldo, e com a Secretaria de Obras e o SAAE, e que, em uma ação rápida, foi resolvido o problema de iluminação e feita a roçagem da área. Ele mostrou uma foto ilustrando as melhorias feitas, mas ressaltou que ainda faltavam a instalação de dois postes de iluminação, que seriam colocados assim que a situação do local fosse segura, após um acidente ocorrido na área. Robson também mencionou a intenção de implementar mais medidas para melhorar a segurança no local, como a instalação de quebra-molas e a reposição de radares, para evitar acidentes e garantir que os motoristas passem de forma mais devagar. Por fim, Robson trouxe uma atualização sobre as obras da ponte que liga São José Triunfo à BR-120, destacando que a obra já estava com 60% de sua execução concluída. Ele explicou que o deputado Rodrigo de Castro havia destinado uma emenda parlamentar para o município, o que possibilitou o início da obra. Robson informou que, na semana seguinte, traria mais detalhes sobre o andamento dessa obra, que incluiria a concretagem da parte estrutural da ponte. O Vereador Rogério Fontes fez uma crítica feroz ao aumento de diárias no município de Viçosa, considerando-o um abuso imoral, apesar de ser legal. Ele destacou que, enquanto alguns vereadores votaram contra a redução das diárias, muitos estavam “coniventes” com a situação, pois não tinham se manifestado contra o aumento. Tistu reclamou que a reunião na qual o aumento foi discutido não foi comunicada adequadamente e que a população estava muito incomodada com o que ele chamou de “roubo à mão armada”. Ele continuou, afirmando que, embora o aumento das diárias fosse legal, era moralmente inaceitável. Ele parabenizou quem entrou com ações judiciais para contestar a medida, dizendo que, se ninguém tivesse feito isso, ele mesmo tomaria a frente. O vereador também criticou a postura da Câmara, que alegava que não poderia fazer nada contra a decisão, dizendo que havia sim margem para ação, mas que a moralidade precisava ser considerada. Tistu então fez uma reflexão sobre o impacto disso na cidade de Viçosa, questionando até quando a cidade seria motivo de chacota e zombaria. Ele mencionou que, ao entrar para a Câmara, tentou moralizar as ações, mas estava sendo sempre derrotado por aqueles que defendiam práticas que ele considerava imorais, como as grandes diárias. Em relação à falta de debate público sobre a questão das diárias, Tistu lamentou que a Câmara não tivesse dado a oportunidade de discutir o assunto abertamente com a população. Ele sugeriu que, se

Documento assinado digitalmente por Marly Coelho Januário, Cristiano Gonçalves, Daniel Aparecido de Araújo Cabral, João Januário Ladeira, Marco Antônio Evangelista Cardoso, Gilberto da Silva Brandão e mais 5 pessoas conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste documento, acesse: [cmvicoso.gwlegis.com.br/validador](http://cmvicoso.gwlegis.com.br/validador) e informe o código **8CJYM-XOG1H-4YIU7-IPNSY-KXK7N** ou escaneie o QR Code do cabeçalho.





# MUNICÍPIO DE VIÇOSA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PODER LEGISLATIVO



houvesse uma audiência pública ou uma consulta à população, os vereadores poderiam tomar uma decisão mais alinhada com a vontade popular. No entanto, ele disse que não julgava quem havia votado a favor ou contra, mas que a moralidade e a legalidade deveriam ser sempre priorizadas. Ele também falou sobre a sua indignação com o fato de seu próprio projeto de redução das diárias ter sido engavetado, enquanto outros projetos relacionados ao aumento de diárias estavam sendo discutidos. Por fim, ele apelou ao Ministério Público para que interviesse, e lamentou que, enquanto sua tentativa de doar o excesso das diárias não teve êxito, ele e outros colegas foram processados pelo MP. Ele concluiu sua fala desejando boa noite a todos e agradecendo os aplausos. O vereador Sérgio Marota fez coro às críticas de Rogério, afirmando que o aumento das diárias era vergonhoso para a cidade de Viçosa e a colocava em uma posição desconfortável a nível estadual. Ele ressaltou que a Câmara deveria ser um lugar de ouvir a população e tomar atitudes que atendem às necessidades dos cidadãos, mas que, no caso das diárias, isso não estava sendo feito. Ele fez uma menção especial à fala do vereador Edenilson, que trouxe uma análise detalhada do problema e sugeriu que a Câmara seguisse o parecer do Ministério Público, que já havia se manifestado sobre a questão. Sérgio pediu à mesa diretora que revogasse o aumento das diárias, buscando atender a um pedido popular e mantendo o respeito pela vontade da população. Sérgio também mencionou que, além da questão das diárias, a Câmara estava votando um projeto importante sobre a proibição do uso de verba pública em eventos que promovam a sexualização precoce de crianças e adolescentes. Ele destacou que, mesmo diante de outros projetos em andamento, a população de Viçosa precisava estar atenta a esses assuntos, como o uso indevido de dinheiro público em eventos inadequados. Além disso, Sérgio fez uma cobrança sobre a situação da ponte do Laranjal, que havia sido danificada pelas chuvas, destacando que um bueiro foi tampado, o que havia causado um acidente e oferecia risco à população. Ele pediu urgência em ações para resolver o problema e também elogiou o trabalho de outros vereadores que estavam cobrando providências. O vereador também mencionou a questão dos terrenos baldios na cidade, que estavam acumulando lixo e mato, aumentando o risco de proliferação da dengue. Ele destacou que, apesar da legislação existente para proibir essa prática, a fiscalização ainda era falha, o que prejudicava a população. Sérgio pediu mais esforço por parte da prefeitura e da Câmara para garantir que esses terrenos fossem mantidos limpos. Por fim, ele parabenizou o trabalho de Edenilson, que não estava presente, mas havia contribuído para um projeto social de grande sucesso. Sérgio encerrou sua fala agradecendo ao presidente e desejando que Deus abençoasse a todos. O Presidente justificou a ausência do Vereador Marcos Fialho, que teve que se retirar para reunião para prestar socorro à uma pessoa. O Vereador Bartomélio Martins, que se reinscreveu para dar continuidade à palavra, destacou a importância da reunião e parabenizou os que utilizaram a tribuna, ressaltando que a participação popular é fundamental para a democracia. Ele mencionou a contribuição de Dra. Juliana, destacando seu trabalho em saúde, e parabenizou os envolvidos em causas relacionadas à proteção animal. A seguir, falou sobre a importância de ouvir os outros durante os debates, fazendo um apelo para que todos escutassem com respeito aqueles que ocupam a tribuna. Em seguida, abordou uma questão relacionada ao trabalho e à escala de trabalho de seis dias por um de folga, defendendo a modificação desse modelo para garantir mais qualidade de vida aos trabalhadores. Ele também

Documento assinado digitalmente por Marly Coelho Januário, Cristiano Gonçalves, Daniel Aparecido de Araújo Cabral, João Januário Ladeira, Marco Antônio Evangelista Cardoso, Gilberto da Silva Brandão e mais 5 pessoas conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste documento, acesse: [cmvicosas.gwlegis.com.br/validador](http://cmvicosas.gwlegis.com.br/validador) e informe o código **8CJYM-XOG1H-4YIU7-IPNSY-KXK7N** ou escaneie o QR Code do cabeçalho.





comentou sobre uma questão que envolvia o comércio local e o feriado da Consciência Negra, agradecendo ao presidente do sindicato patronal por ter revogado a convocação de trabalho nesse dia. No final, o vereador enfatizou a seriedade das acusações de corrupção e a necessidade de que qualquer denúncia fosse formalizada e comprovada, defendendo a importância de sustentar as acusações com provas. Quando interrompido por outros vereadores, Bartomélio reiterou seu ponto de vista sobre a gravidade de acusações sem provas e pediu que, caso alguém tenha algo a denunciar, fizesse isso de maneira formal e com responsabilidade. Ele pediu respeito e destacou a importância de provas concretas quando se falava sobre corrupção, reforçando que qualquer acusação feita deveria ser sustentada com evidências. Bartomélio Martins disse que caso alguém acuse a casa Legislativa de corrupção, essa acusação precisa ser sustentada com provas. Ele enfatizou que, se alguém fizer uma denúncia de corrupção, deve formalizá-la e apresentar evidências. Ele também destacou que, como vereador, ele assume a responsabilidade por tudo o que diz e que, se há algo a ser denunciado, deve ser feito de forma formal e com respaldo. **Em seguida, o Presidente colocou em votação a retirada da pausa do intervalo do dia, que foi aprovada por todos.** Dando início ao **GRANDE EXPEDIENTE**, o Presidente colocou em discussão as proposições avulsas. Colocadas em votação as proposições foram aprovadas por unanimidade. O Presidente também colocou em discussão e votação a seguinte matéria: Projeto de Lei nº 39/2024, de autoria do Vereador Sergio Augusto Moreira Marota, que “Dispõe sobre a proibição da utilização de verba pública em eventos e serviços que promovam a sexualização de crianças e adolescentes, e dá outras providências”. Em **2ª VOTAÇÃO** a matéria foi **APROVADA** por unanimidade, ficando aprovada a dispensa da 3ª votação, solicitada pelo Presidente da CCJ, Vereador Daniel Cabral, seguindo o Projeto para sanção do Executivo. Não havendo Vereadores inscritos para o uso da Explicação Pessoal e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião. Eu, Suélem Viana Macedo, lavrei a presente ata a pedido do Vereador Cristiano Gonçalves, Secretário da Mesa Diretora, que a assinará, juntamente com o Presidente, Vice-presidente e demais Vereadores que assim o desejarem.

---

Rafael Magalhães Cassimiro  
Presidente

---

Daniel Aparecido de Araujo  
Cabral  
Vice-Presidente

---

Marly Coelho Januário  
2º Secretário(a)

---

Cristiano Gonçalves  
Secretário(a)

---

Bartomélio da Silva Martins  
Vereador(a)

---

Edenilson Jose Oliveira  
Vereador(a)

---

Gilberto da Silva Brandão  
Vereador(a)

---

João Januário Ladeira  
Vereador(a)

---

Marco Antônio Evangelista  
Cardoso  
Vereador(a)







**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PODER LEGISLATIVO**



---

Marcos Roberto Fialho  
Vereador(a)

---

Robson Alencar de Souza  
Vereador(a)

---

Rogério Fontes  
Vereador(a)

---

Sergio Augusto Moreira Marota  
Vereador(a)

Documento assinado digitalmente por Marly Coelho Januário, Cristiano Gonçalves, Daniel Aparecido de Araujo Cabral, João Januário Ladeira, Marco Antônio Evangelista Cardoso, Gilberto da Silva Brandão e mais 5 pessoa conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste documento, acesse: [cmvicosas.gwlegis.com.br/validador](http://cmvicosas.gwlegis.com.br/validador) e informe o código **8CJYM-XOG1H-4YIU7-IPNSY-KXK7N** ou escaneie o QR Code do cabeçalho.



Silviano Brandão, nº 05 - Centro - CEP 36.570-035 - Viçosa - MG - Contato: (31) 3899-7500 - Email: [camara@camaravicosas.com.br](mailto:camara@camaravicosas.com.br)





## EXTRATO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

**Documento:** Ata da 36ª Sessão Ordinária de 11/11/2024

**Status:** processo de assinatura **PENDENTE**

**Data da Versão do Doct.:** 11/11/2024 17:55:15

**Hash Interno:** wziiwys3lcyegtrvniif93j9mnsh88th1qja8wsp



### Chave de Verificação

**8CJYM-XOG1H-4YIU7-IPN9Y-KXK7N**

Para verificar a autenticidade deste extrato, acesse: [www.cmvicosa.gwlegis.com.br/validador](http://www.cmvicosa.gwlegis.com.br/validador) e informe a chave de verificação.

### Lista de Signatários Deste Documento

CPF	Nome Completo	Status da Assinatura
002.***.***-70	Marly Coelho Januário	Assinado em 18/11/2024 15:52
081.***.***-09	Cristiano Gonçalves	Assinado em 18/11/2024 15:52
125.***.***-40	Daniel Aparecido de Araujo Cabral	Assinado em 18/11/2024 15:52
283.***.***-87	João Januário Ladeira	Assinado em 18/11/2024 15:52
088.***.***-05	Marco Antônio Evangelista Cardoso	Assinado em 18/11/2024 15:52
075.***.***-75	Robson Alencar de Souza	Pendente
071.***.***-59	Rafael Magalhães Cassimiro	Pendente
975.***.***-04	Gilberto da Silva Brandão	Assinado em 18/11/2024 15:52
047.***.***-05	Marcos Roberto Fialho	Assinado em 18/11/2024 15:52
012.***.***-70	Rogério Fontes	Assinado em 18/11/2024 15:52
009.***.***-61	Sergio Augusto Moreira Marota	Assinado em 18/11/2024 15:52
045.***.***-96	Edenilson Jose Oliveira	Assinado em 18/11/2024 15:52
070.***.***-50	Bartomélio da Silva Martins	Assinado em 18/11/2024 15:52

Documento assinado digitalmente por Marly Coelho Januário, Cristiano Gonçalves, Daniel Aparecido de Araujo Cabral, João Januário Ladeira, Marco Antônio Evangelista Cardoso, Gilberto da Silva Brandão e mais 5 pessoas conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste documento, acesse: [cmvicosa.gwlegis.com.br/validador](http://cmvicosa.gwlegis.com.br/validador) e informe o código **8CJYM-XOG1H-4YIU7-IPN9Y-KXK7N** ou escaneie o QR Code do cabeçalho.

